

Formação Cultural e Pensamento
Econômico no Atlântico Sul

TEXTOS DE REFERÊNCIA

Formação Cultural e Pensamento Econômico no Atlântico Sul

José Gonçalves



Academia
da Latinidade

Rio de Janeiro, 2001

© José Gonçalves

Publicado por

Educam — *Editora Universitária Candido Mendes*

Rua 1º de Março, 101, Sala 26, Centro

Cep 20010-010 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Coordenação Editorial

Hamilton Magalhães Neto

Revisão

Luiz Carlos Palhares e Ademilson Coutinho

Capa

Paulo Verardo

Editoração Eletrônica

Textos & Formas Ltda.

(21) 2516-7997

O Atlântico Sul foi historicamente um dos eixos da globalização econômica, em sua fase de expansão colonial, processo durante o qual nasceram novas culturas com elevado grau de afinidades entre si.

A relação entre os dois movimentos — o econômico e o cultural — tem estado sujeita a oscilações de intensidade que, neste momento, podem crescer novamente em função do novo contexto mundial e de iniciativas na área.

1 – Uma História de Confronto e Síntese

É conhecida a brutalidade dos regimes coloniais no Atlântico Sul: genocídio índio, escravatura de negros, pilhagem econômica, repressão política, usurpação de terras. Tais métodos deixaram traços acentuados nas estruturas econômicas e pesaram fortemente nos traços culturais que se configuraram.

Em países como o Brasil e a África do Sul, tais fenômenos são bem visíveis, apesar de múltiplos esforços para os superar e modernizar as relações tanto econômicas quanto sociais.

A estrutura da posse da terra e da distribuição da renda apresentam evidentes continuidades com o período colonial

em várias zonas de ambos os países, traduzindo uma longa herança histórica.

Por outro lado, elementos de violência entraram nos comportamentos de várias camadas sociais, tanto para defender o poder como para combatê-lo, como até para a conquista de pequenas rendas pela agressão, a partir das zonas de pobreza, como os muceques de Luanda ou as favelas do Rio.

Longos séculos sob instituições que se legitimavam pela força e pela afirmação de complexos de superioridade não podem deixar de imprimir marcas prolongadas nas sociedades, sobretudo porque as mudanças políticas pós-coloniais só mais recentemente deram lugar a preocupações de harmonização socioeconômica. Mas todo esse encaminhamento cultural e material teve também outros efeitos.

A presença prolongada de várias culturas, mesmo em confronto, produz sempre sínteses, acordos tácitos e veículos de expressão, o que, no caso de áreas como o Atlântico Sul, Caraíbas ou faixas do Índico, deu lugar a novas culturas, por vezes majoritárias, por vezes minoritárias, tendo em comum essa síntese e esses acordos tácitos.

Por outro lado, o potencial econômico e a busca de saídas para o atraso fizeram emergir nessa bacia formas de pensamento sobre o desenvolvimento acompanhadas por processos incompletos de desenvolvimento, em que os contextos emergentes coexistem com os de atraso — em alguns casos entre países, em outros dentro de cada país.

Uma imagem permanece, no entanto, como grande característica nas formações culturais e materiais dos dois la-

dos da bacia sul-atlântica: a posição periférica em relação aos centros de decisão econômica e de difusão cultural.

2 – A Construção do Atlântico Sul

A conexão entre os dois lados da bacia do Atlântico Sul teve início de forma sistemática em função da cultura da cana-de-açúcar, envolvendo Angola e Brasil.

Esse envolvimento, a partir de finais do século XVI, edificou no seio de um império duas sociedades, cujas características seriam simbolizadas pelos binômios *Casa Grande e Senzala* e *Feiras e Presídios*.

As características e efeitos dessa forma de produção tornaram-se elementos-chave do comércio internacional e do tipo de acumulação e poder que lhes estavam ligados, gerando forte rivalidade entre potências coloniais.

Nessa bacia, tal rivalidade colocou em competição Portugal, Inglaterra e Holanda, em bases que determinaram a aparição dos espaços locais de concentração humana, de interesses locais e de estruturas sociais de relacionamento. Tanto os espaços como os interesses ou as estruturas sociais assumiam perfis de forte antagonismo: senhores e escravos, riqueza voltada para fora em detrimento do local, hábitat fortemente segregado, estilos de vida muito diferenciados.

Nesse contexto iriam emergir, nas duas margens, novas formas de cultura, produto do confronto entre os perfis antagônicos existentes nas colônias e marcadas tanto pelo meio ambiente tropical como pela resistência à vontade dominadora dos poderes metropolitanos.

As novas cidades do Atlântico Sul, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Luanda, Benguela ou Cape Town, em poucas décadas após sua fundação deram lugar aos primeiros desenhos dessas novas culturas, cujo ponto comum era a síntese de aportes diversos produzida com raízes em realidades que, séculos mais tarde, seriam definidas como periféricas em relação ao sistema econômico mundial.

O escritor haitiano René Depestre, num artigo publicado nos anos setenta no *Courrier de l'Unesco*, sublinhava o aspecto resistência desse processo, dizendo que se tratava de subversão a partir da língua do colonizador. Tal fato criou em vários pontos línguas crioulas mas, como dizia Depestre, isso nem sempre foi possível, originando-se com frequência culturas crioulas sem língua crioula.

A noção de crioulo tem origem na palavra espanhola *criollo*, designando filhos dos colonos nascidos nas Américas, mas depois passou a designar também uma nova cultura, tanto nas Américas como na África, abrangendo pessoas de várias origens raciais.

No Brasil, porém, a palavra ganhou uma conotação racial, servindo apenas para designar os negros, não obstante o fato de milhões de brasileiros de outras raças terem características culturais do mesmo tipo.

Na realidade, a criouldade marca um estilo de vida peculiar assente em indicadores como a cozinha, a relação com o meio ambiente, a música, a literatura, a língua ou simplesmente o sotaque etc., sendo, pela sua base de síntese, aberta à modernidade não apenas como via de consumo, mas também com capacidade de influir, no que Senghor

chama de “civilização do universal”, em termos de valores, percepções e realizações.

No entanto, o exercício dessa capacidade não se passa sem problemas.

As independências latino-americanas ou caribenhas foram largamente dominadas pelas sociedades crioulas e os regimes que promoveram foram muito marcados pela desigualdade e repressão, inclusive contra figuras crioulas também, em virtude da oposição destas às exclusões e marginalizações.

Trata-se de uma tensão que sob várias formas se mantém até hoje. Como qualquer outra sociedade, a criouldade não é politicamente homogênea, o que reforça a idéia central da democracia, quer dizer, o pluralismo.

No caso africano, a criouldade apenas é maioria em ilhas do Atlântico ou do Índico — como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Maurícia e Seicheles, estas duas detendo os mais altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da África —, mas em países como a Serra Leoa ou Angola existem minorias crioulas (no sentido que aqui atribuímos à palavra) com relativa importância.

Nesses dois casos, elementos crioulos participaram nas lutas pela independência e nos governos pós-coloniais ou suas oposições, mas sem deterem o poder, como ocorreu nos casos latino-americanos.

Um caso específico é a cultura africâner da África do Sul, que serviu de base para a construção do *apartheid*, embora suas origens apontassem em sentido bem diferente.

Os primeiros embriões africâneres surgiram em Cape Town, produto de imigrantes holandeses, franceses fugidos

das guerras religiosas em seu país e trabalhadores da Malásia, um dos quais foi decisivo na aparição da língua *afrikaans*.

Ao longo de três séculos, uma forte mestiçagem se produziu a partir desses elementos constitutivos e, hoje, a África do Sul é o país com maior número de mestiços no continente africano.

A estratificação social e seus antagonismos no seio dessa comunidade levaram à supremacia dos seus setores racistas brancos e à manipulação cultural como alavanca para edificar o poder racista, discriminatório mesmo contra largas camadas dela própria.

A derrubada do *apartheid* dá lugar agora a iniciativas de reunificação cultural para além das linhas raciais, e nelas Cape Town desempenha um papel capital, como também desempenhou na extensão africâner na vizinha Namíbia, onde foi alvo dos mesmos problemas referidos na África do Sul.

Os racistas que hegemonizaram essa cultura apresentaram-na como um produto “puro” de raízes fundamentalmente européias, ignorando o peso da contribuição local ou do Sudeste Asiático e, sobretudo, o fato de que a maioria dos falantes de *afrikaans* não são brancos.

André Brink, um dos mais notados escritores africâneres, sublinhou várias vezes as semelhanças com a crioulidade.

A observância desses fatores é importante não apenas para identificarmos a composição e a essência multirraciais dessa cultura, mas também para compreendermos a particularidade do poder político na província sul-africana do Western Cape, governada por uma aliança em que os *cape coloured* mestiços ou de origem malaia têm maioria.

O choque entre as visões elitistas ou miméticas e as raízes locais tem sido uma constante dentro das várias formas de criouldade, sobretudo nos casos de imigrações europeias numerosas ou recentes e de processos de enriquecimento geradores de privilégios.

Em outros casos, não se tratou de choques desse tipo mas da realidade decorrente dos impactos de fortes imigrações, como ocorreu na Argentina e no sul do Brasil.

Nas últimas décadas do século XX, acentuou-se a tendência para abordagens mais abertas e inclusivas, produto sem dúvida não só de lutas político-sociais, mas também de novas áreas de convivência, como a música e o esporte, formadores do espetáculo da rua, desde a forma de vestir até afinidades de comportamento. A *world music* é claramente síntese de instrumentos e sons e a linguagem esportiva é entendível por todo o mundo.

O escritor argentino Eduardo Sacheri, na introdução de um livro de contos sobre futebol, insurge-se contra os que acham que essa modalidade nada tem a ver com a vida: “não sei o que sabem da vida, mas sei que nada sabem de futebol” (Sacheri, 2000).

Grande percentagem das sínteses culturais e das solidariedades na América Latina e África Austral passa pelo esporte.

A democratização do acesso ao ensino foi outro fator de relevo na atualização cultural das sociedades crioulas e os bons desempenhos — em termos de IDH — de Trinidad e Tobago e Maurícia resultam disso.

Mas, de forma geral, as sociedades crioulas são possuidoras de níveis educacionais relativamente elevados. Daí

que os europeus muitas vezes as classificam como “assimiladas”, uma expressão imbuída de complexo de eurocentrismo, na medida em que assimila à Europa tudo o que é tecnicamente avançado, ao mesmo tempo que traduz uma incapacidade em reconhecer as novas culturas, optando na cultura também pela construção de centro e periferias.

4 – A Periferia Material no Seio da História Lenta

A evolução recente dessas novas culturas apresenta as inevitáveis marcas da globalização, a cujos primeiros passos seu nascimento esteve ligado e se desenrolando num quadro de História lenta, onde José de Souza Martins situa o poder do atraso (Martins, 1999).

Esse autor parte do exemplo brasileiro mas podia servir-se de qualquer outro caso de estudo no Atlântico Sul, onde todos os países passaram por uma longa presença colonial e desembocaram numa limitadora dependência como países periféricos.

Os termos atuais da globalização são um tremendo desafio no sentido de liquidar essa lentidão, cujas formas revelam um discurso contraditório. Por um lado, nossas elites assumem as regras de jogo ditadas pelo centro e só raramente procuram implementar projetos de reforço interno para melhorar o poder das periferias nas negociações globais. Mas, por outro lado, empurram para os fatores exógenos todas as culpas pelo atraso, dificuldades ou vida à beira do colapso.

As recentes formulações sobre desenvolvimento, na linguagem da ONU, dividem os países subdesenvolvidos em duas categorias: os emergentes e os menos desenvolvidos.

A noção de emergente é importante porque define países com razoável nível de utilização de tecnologia, porcentagens da indústria no PIB da ordem dos 30%, comércio exterior diversificado e mercado de capitais atrativo. Esses países, sempre que não estejam em situação financeira desesperada, alargaram sua margem de autonomia e o centro tem que levar em consideração seus imperativos.

No que se refere aos “menos desenvolvidos”, porém, trata-se de expressão diplomática destinada a evitar suscetibilidades, embora os indicadores apontem para uma brutal situação de “mais atrasados”: monoprodução, fraca interiorização tecnológica, maioria da população vivendo com um dólar por dia etc.

Na faixa do Atlântico Sul focalizada neste texto, temos quatro economias emergentes (África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai) uma atrasada (Angola) e uma entre ambas que, em vários aspectos materiais, ainda é difícil de separar da África do Sul (Namíbia). Seja como for, esse conjunto de economias se relaciona com o centro do sistema mundial em termos de periferia — umas mais distantes, outras mais próximas, consoante os produtos, temas em debate, níveis de exigências ou peso total.

O acordo assinado em Florianópolis para criar uma zona de livre troca entre o Mercosul e a África do Sul corresponde à visão de diversificar parceiros, reforçando o poder de negociação de economias com graus de desenvolvimento semelhante. Implicitamente, está em jogo a redução de seu

caráter periférico e a abertura de caminho a uma nova via de desenvolvimento.

Celso Furtado considera que:

Quiçá nenhuma idéia haja tido tanta significação na formação de uma visão nova do desenvolvimento como a de estrutura centro-periferia, formulada por Raúl Prebisch. Se bem que a preocupação inicial desse autor haja sido a propagação internacional do ciclo dos negócios — a diversidade de comportamento das economias exportadoras de produtos primários *vis-à-vis* as economias exportadoras de produtos industriais —, a idéia enfeixava uma visão global do sistema capitalista e abria a porta à percepção da heterogeneidade deste, cuja formação histórica deveria ser atentamente observada caso se pretendesse captar a especificidade do subdesenvolvimento. (Furtado, 2000.)

Toda formulação econômica inovadora corresponde a um contexto estimulante em que os desafios a vencer são grandes e rodeados de um grande movimento de idéias, um sistema universitário com tradição e um ambiente cultural onde a abertura seja superior aos preconceitos.

As reflexões de Prebisch e seu aprofundamento posterior na Cepal situam-se num contexto desse tipo. Para nos referirmos apenas à Argentina, seu país, na mesma fase a literatura apresenta nomes como Borges e Cortazar, um intenso debate político tem lugar em torno do populismo e de alternativas e o país no seu todo busca sustentabilidade para assegurar uma fase de crescimento até então relativamente bem-sucedida e uma distribuição mais equitativa da renda.

Estudando o sistema mundial, Raúl Prebisch encontrou fortes motivos para colocar em causa a teoria das vantagens comparativas. Celso Furtado, ele próprio um dos grandes

pensadores da economia do desenvolvimento e expoente da escola da Cepal, resume assim a abordagem do economista argentino:

Segundo um dos corolários dessa teoria [das vantagens comparativas], o comércio internacional não apenas era um motor do crescimento — posto que permitia a todos os países que dele participavam utilizar mais racionalmente os próprios recursos —, mas era também um fator de redução das disparidades nos níveis de renda entre países, pois eliminaria os efeitos negativos da estreiteza dos mercados internos.

Ora, os dados empíricos sobre o comportamento a longo prazo dos preços relativos nos mercados internacionais estavam longe de confirmar as previsões que cabia inferir dessas hipóteses. Se alguma evidência havia, era no sentido inverso, isto é, no da concentração da renda gerada pelo intercâmbio internacional. Prebisch deslocou a discussão do nível abstrato dos teoremas de vantagens comparativas — exercícios de lógica em que as conclusões já estão implícitas nas premissas — para o da observação das estruturas sociais, dentro das quais os custos são formados e o excedente é apropriado. (Furtado, 2000.)

É evidente que não se trata de fugir ao comércio internacional voltando-se apenas para os mercados internos. Essa dicotomia interno-exterior não tem grande relevância em economia. O problema residia — e continua a residir — nas assimetrias das trocas e nas regras que as regem.

A atual fase de globalização tem essas assimetrias na sua base. Tratando-se também de uma fase de grandes inovações e de difícil adaptação tecnológica, as assimetrias limitam a capacidade de mobilização de meios para manter um crescimento sustentável.

Se para os países sul-americanos o peso de estruturas sociais internas de forte concentração de renda tem sido um obstáculo suplementar na alocação de recursos para esse crescimento sustentável — quer dizer, o desenvolvimento —, nos países da África Austral passam-se dois fenômenos endógenos de blocagem: situações semelhantes às latino-americanas na África do Sul e Namíbia, como resultado dos desequilíbrios históricos; e um clima geral de predação em Angola suscitado pela guerra e por longos anos de gestão inadequada. A adição desses fatores endógenos e exógenos conduz a uma soma de resultado negativo para os países emergentes ou menos desenvolvidos.

A África do Sul pós-*apartheid* tem esboçado algumas formas próprias de pensamento econômico e, ao contrário da América Latina, onde essas tentativas têm sempre uma ou duas expressões individualizadas, são nomes de programas que surgem: Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP) ou Crescimento, Emprego e Reconstrução (Gear).

Na verdade, trata-se de princípios fundamentais de orientação para políticas de curto prazo, em virtude das incertezas atuais em pilotar uma economia para além disso. Mesmo assim, as definições e opções desses programas (e dos debates em torno deles) vão revelando a atualização dos economistas sul-africanos sobre economia do desenvolvimento, já que as tendências anteriores iam no sentido de formulações transpostas das economias industrializadas ou de sua crítica sob forte inspiração dos antigos conceitos soviéticos.

O ambiente geral de liberdade de expressão e de subida no nível de controle social do Estado pós-*apartheid* permite superar visões econômicas limitativas e inserir esse país na

pesquisa mundial sobre a renovação das teorias econômicas do desenvolvimento.

Nessa pesquisa surgem, com impacto, alguns temas maiores, tornados mais prementes pela globalização: emprego, integração regional, regras fundamentais para o mercado interno e trocas internacionais. O debate dessas regras faz-se sob duas fortes e antagônicas pressões:

- a dos países centrais do sistema para a adoção de regras que favoreçam a reprodução dos atuais esquemas de hegemonia (embora entre eles existam divergências que podem ser úteis ao desenvolvimento do Sul); e
- a dos movimentos sociais internacionais em favor de nova ética na economia.

Aqui estamos perante um primeiro grande desafio que implica uma dinâmica cultura do desenvolvimento. De fato, a melhoria das condições negociais para os países do Sul não pode depender apenas da boa vontade do Norte, tem de resultar de reforço da capacidade produtiva e de poupança dos subdesenvolvidos.

Produção, produtividade e poupança são, portanto, categorias de trabalho essenciais que requerem interiorização de um comportamento capaz de superar a atual atitude de muitas das camadas sociais do chamado Terceiro Mundo e que consiste em consumir antes de produzir.

É nesse sentido que o mercado de trabalho deve ser repensado e as estruturas de ensino, a isso adequadas.

É também nesse sentido que as unidades de integração econômica regionais ou transcontinentais assumem função capaz de reduzir os efeitos da periferização, ao mesmo tem-

po que incidem na maior abertura das sociedades e num novo olhar sobre a inovação e sobre o *outro* de forma geral.

A renovação das propostas de desenvolvimento passa hoje, em larga medida, pela metodologia dos indicadores e dos índices. Dentre estes, o IDH assume hoje um certo relevo, embora não seja suficiente para explicar os graus de desenvolvimento, o que quer dizer que outros índices têm de ser construídos nas áreas da inovação tecnológica, manutenção e formação de capital fixo ou da estrutura produtiva, além do que indicadores tradicionais como o PIB, o orçamento central e a taxa de poupança permanecem indispensáveis à identificação da estrutura e conjuntura.

5 – E Agora?

As novas culturas do Atlântico Sul nasceram num momento histórico de expansão mercantil e de capitalismo colonial. Foi como subalternas nesse processo que as sociedades da bacia se afirmaram e as sínteses que fizeram deixaram-nas aptas a integrar inovação e conhecer bem os mecanismos da desigualdade.

Na fase atual de globalização da produção, de grande impacto do capital financeiro e de elevado índice de mutação tecnológica, essas mesmas sociedades se articulam num ambiente geral de confrontação interna, internacional e regional que, aliás, conhecem ao longo de toda sua História.

A novidade é que agora parece possível que isso decorra num quadro institucional sem recurso à violência sistemática, o que em si já representa uma alteração cultural significativa. Mas não vai decorrer sem fortes crises, porque o

mundo no seu todo atravessa uma crise prolongada, e da capacidade de gerir contextos de crise vai depender o desempenho socioeconômico de cada país e de cada bloco de países.

Simultaneamente, a articulação entre base cultural e base material faz-se num quadro cada vez mais transfronteiriço e tanto as identidades como os interesses têm desde já essa marca, o que talvez acrescente conteúdo prático a iniciativas como o acordo de Florianópolis, entre o Mercosul e a África do Sul, ou a formulações como as do sociólogo ganhês Anthony Aphia, que, colocando-se como cidadão do mundo, propõe a inserção no cosmopolitismo.

É dessa longa crise que vai sair a nova fase da história da humanidade. Desde Emmanuel Kant que os espíritos mais avançados têm apontado o caminho do cosmopolitismo e da abertura global na afirmação e realização do ser humano como realidade universal. Quanto mais esse processo cultural for inclusivo, menos os particularismos serão exacerbados e mais permitirá, na área econômica, afirmar-se uma ética capaz de reduzir a especulação e o desemprego como vias aceitáveis de lucro.

Referências Bibliográficas

- ASSIDON, Elsa (2000). *Les Theories Économiques du Développement*. Paris, La Decouverte.
- FURTADO, Celso (2000). *Introdução ao Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HALL, Stuart (2000). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.

- MARTINS, José de Souza (1999). *O Poder do Atraso — Ensaaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo, Hucitec.
- SACHERI, Eduardo (2000). *Esperandolo a Tito*. Relatório do Desenvolvimento Humano — PNUD — 2001. Buenos Aires, Galerna.